

O PRÉ-VESTIBULAR A PARTIR DA PEDAGOGIA SOCIAL: MEDITAÇÕES SOBRE O LUGAR DO SOCIAL NA PRÁTICA DESSES ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

The Social Preparatory Course Through the Lens of Social Pedagogy: Reflections on the Role of the Social in the Practice of These Non-School Spaces

El Preuniversitario desde la Pedagogía Social: Meditaciones sobre el Lugar de lo Social en la Práctica de Estos Espacios No Escolares

Alan Navarro Fernandes 

Lucília Augusta Lino 

RESUMO

Este artigo aborda os pré-vestibulares sociais como espaços de educação não escolar que transcendem a preparação para provas, ao integrar conteúdos de natureza social fundamentais para a formação cidadã. O objetivo consiste em analisar de que modo a Pedagogia Social subsidia a reflexão crítica sobre o lugar do social nessas práticas educativas. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica, fundamentada em Paulo Freire, Roberto da Silva e Geraldo Caliman. Os resultados indicam que a Pedagogia Social é um referencial fundamental para aprofundar os conteúdos sociais presentes nos pré-vestibulares, ampliando a formação dos estudantes em relação às questões sociais, sem desconsiderar a preparação para as provas.

Palavras-chave: Educação não formal; Formação cidadã; Justiça social; Pedagogia Social; Pré-vestibular social.

ABSTRACT

This article addresses social preparatory courses as spaces of non-formal education that transcend exam preparation by integrating social content essential for civic education. The

objective is to analyze how Social Pedagogy supports critical reflection on the role of social aspects in these educational practices. The methodology is based on a literature review, grounded in Paulo Freire, Roberto da Silva, and Geraldo Caliman. The results indicate that Social Pedagogy is a fundamental framework to deepen social content in preparatory courses, expanding students' understanding of social issues without disregarding exam preparation.

Keywords: Non-formal education; Civic education; Social justice; Social Pedagogy; Social preparatory courses.

RESUMEN

Este artículo aborda los preuniversitarios sociales como espacios de educación no escolar que trascienden la preparación para exámenes, al integrar contenidos de naturaleza social fundamentales para la formación ciudadana. El objetivo consiste en analizar de qué modo la Pedagogía Social subsidia la reflexión crítica sobre el papel de lo social en estas prácticas educativas. La metodología adoptada se basa en una revisión bibliográfica, fundamentada en Paulo Freire, Roberto da Silva y Geraldo Caliman. Los resultados indican que la Pedagogía Social es un referente fundamental para profundizar los contenidos sociales presentes en los preuniversitarios, ampliando la formación de los estudiantes en relación con las cuestiones sociales, sin dejar de lado la preparación para los exámenes.

Palabras clave: Educación no formal; Formación ciudadana; Justicia social; Pedagogía Social; Preuniversitario social.

Introdução

Os pré-vestibulares sociais, no Brasil, emergem das lutas pela democratização do acesso ao ensino superior no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a partir dos anos 1980, consolidando-se nas décadas seguintes como espaços significativos de educação não escolar no Brasil. Organizados por movimentos populares, coletivos comunitários e educadores comprometidos com a justiça social, esses projetos preparam estudantes, gratuitamente ou a preços simbólicos, para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e os demais vestibulares, de forma digna, ampliando as possibilidades de ingresso ao ensino superior para esses sujeitos. No entanto, estes cursos vão além da mera preparação para os concursos vestibulares: neles ganham centralidade discussões sobre desigualdades, direitos sociais e cidadania, configurando-se como importantes espaços de formação crítica.

Essa dinâmica aproxima os pré-vestibulares sociais dos fundamentos da Pedagogia Social, campo que, especialmente no contexto latino-americano, se dedica, ao estudo dos processos educativos que ocorrem em espaços não escolares. Com foco na formação integral de sujeitos historicamente vulnerabilizados, a Pedagogia Social valoriza práticas que dialogam com contextos sociais marcados pela exclusão e pelas desigualdades, reconhecendo demandas invisibilizadas pelas estruturas educacionais tradicionais, especialmente em territórios periféricos e marginalizados.

Pontua-se a relevância de lançar um olhar mais atento aos pré-vestibulares sociais, compreendendo-os para além de sua função instrumental de acesso ao ensino superior. Nesse sentido, considera-se pertinente promover um diálogo mais aprofundado entre os referenciais da Pedagogia Social e as experiências vivenciadas nos cursinhos populares. Reconhece-se que essa interlocução ainda parece pouco explorada nas produções acadêmicas, visto que, historicamente, o pré-vestibular social tem sido pensado junto ao campo da Educação Popular. Assim, este artigo, que traz algumas das reflexões desenvolvidas a partir de investigação realizada no curso de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, busca contribuir para ampliar a compreensão sobre essas práticas educativas, aproximando-as das discussões teóricas que envolvem os processos formativos em contextos não escolares (Fernandes, 2025).

O objetivo central do artigo é analisar as possíveis interfaces entre a Pedagogia Social e os pré-vestibulares sociais, buscando compreender de que modo os princípios teóricos desse campo podem oferecer subsídios para interpretar as práticas educativas desenvolvidas nesses contextos. Para isso, a investigação apoia-se em uma revisão bibliográfica centrada nas bases conceituais da Pedagogia Social e em estudos que abordam os processos formativos que ocorrem fora do espaço escolar, com o intuito de pensar o lugar do social nesses cursos. Para nos referirmos a esses cursos, utilizamos a expressão *pré-vestibular social*, consolidada historicamente no país para designar espaços de preparação para as provas, comumente reconhecidos também como *pré-vestibulares populares* ou *comunitários*.

A fim de organizar essa reflexão, o texto será estruturado em três eixos principais: uma discussão conceitual sobre a Pedagogia Social; a caracterização das práticas educativas nos pré-vestibulares sociais; e uma reflexão sobre o tratamento dos conteúdos sociais nesses espaços, com atenção especial às suas implicações para a formação cidadã e para os processos de transformação social.

A Pedagogia Social e suas intencionalidades

É possível inferir que toda Pedagogia é social (Ferreira, 2017). Contudo, o termo Pedagogia Social alude a um movimento teórico-prático que visa valorizar os saberes e as atividades produzidas em contextos diferentes do ambiente escolar-formal. Com isso, este campo busca sistematizar um conhecimento acerca dos processos de ensino-aprendizagem presentes no contexto não escolar, cujos conteúdos possuem uma matriz socioeducacional.

Consoante Otto (2011), é possível notar que o surgimento da terminologia Pedagogia Social remonta ao contexto europeu do século XIX, caracterizado pela busca de soluções para problemas sociais, como a questão das desigualdades sociais, através das práticas educativas. Entre os teóricos pioneiros a organizar práticas que incorporavam tais motivações, destacam-se nomes como Paul Natorp e Herman Nohl. Otto (2011, p. 37) afirma que, em sua origem, a premissa básica da Pedagogia Social resumia-se a “promover o funcionamento social da pessoa: a inclusão, a participação, a identidade e a competência social como membros da sociedade”.

Os teóricos deste campo buscam discutir os conteúdos presentes nas práticas realizadas em ambientes socioeducacionais, a fim de promover diálogos, reflexões, fundamentos e, no cenário nacional, a profissionalização dos sujeitos que atuam nos espaços não escolares — algo que já é realidade em alguns países, como Espanha e Portugal, mas que ainda está em discussão no contexto latino-americano.

No Brasil, como sintetiza Fernandes (2025, p. 26):

a Pedagogia Social possui, predominantemente, uma perspectiva crítica [...], a partir do entendimento das estruturas que formam as relações sociais no país. Nesse sentido, a Pedagogia Social é uma teoria na qual seus argumentos não podem estar dissociados de seu

contexto e da realidade dos sujeitos. Dessa forma, os temas relacionados ao combate à desigualdade social, à luta por direitos e a melhores condições de vida envolvendo minorias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social são frequentemente apropriados pelo campo como objetos ou espaços de reflexão (Caliman, 2010).

Essa perspectiva está fundamentada em diversos teóricos que participaram do I Congresso Internacional de Pedagogia Social (CIPS), realizado em São Paulo, em 2006, como Roberto da Silva, José Clemente de Souza Neto e Geraldo Caliman. Entende-se que este modo de fazer Pedagogia Social no Brasil, norteador por um olhar crítico, de viés emancipatório, se deve à influência de Paulo Freire (2004; 2015) e de sua proposta pedagógica, pautada na transformação social a partir do processo de conscientização dos sujeitos e das práticas educacionais.

Os conteúdos desse campo do conhecimento são de ordem social, permeando elementos constituintes das relações humanas, como justiça, igualdade, solidariedade, respeito e dignidade humana, até aspectos conceituais ancorados no pensamento freireano, como autonomia, emancipação e transformação social. Esses conteúdos, elementos e conceitos ganham sentido nas práticas formativas e nas relações sociais, sendo a base para o que podemos categorizar como Educação Social (Fernandes, 2025). A Educação Social seria, então, “uma dimensão prática onde acontece a aplicação das técnicas, metodologias, dinâmicas geradas no diálogo com a Pedagogia Social” (Caliman, 2010, p. 351). Sendo assim, organiza-se a reflexão em teoria, Pedagogia Social, e prática, Educação Social — mesmo compreendendo que esses são indissociáveis e complementares: não há teoria sem prática e vice-versa.

Do mesmo modo, a Pedagogia Social não impõe obstáculos à interrelação do não escolar com as práticas que ocorrem no ambiente escolar. Muito pelo contrário. Cotidianamente, essas relações se atravessam e, até mesmo, podem se complementar, visto que há traços do não escolar no escolar, e do escolar no não escolar. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), redigida em 1996, consta uma pertinente definição sobre esses ambientes não escolares, no seu art. 1º, que registra:

a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil, 1996).

A LDB ressalta que a educação consiste em processos formativos e elenca outros espaços e/ou instituições onde a prática educativa ocorre. O trabalho e a convivência com outros indivíduos e a família, por exemplo, são configurados como espaços não escolares nos quais a prática educativa, em sentido lato, acontece em instituições nas quais passamos tempo significativo do nosso cotidiano, em processo formativo ampliado, na condição de cidadãos.

Cabe destacar que, para que possamos enquadrar essas atividades como pertencentes ao campo da Pedagogia Social, elas devem ter a intenção explícita de fomentar o desenvolvimento de competências sociais relevantes para a emancipação dos indivíduos no ambiente social em que exercem sua cidadania. Assim, a prática amparada pelo campo teórico da Pedagogia Social, como reafirma Fernandes (2025, p. 28), seria aquela voltada ao enfrentamento das desigualdades, especialmente em contextos, espaços e territórios marcados por vulnerabilidades sociais, envolvendo relações sociais marcadas por demandas específicas, com uma intencionalidade socioeducativa.

Sob essa perspectiva, o campo se apresenta como possível base para pensar as práticas socioeducacionais que corroboram para a redução das disparidades socioeconômicas nas relações sociais, como aquelas realizadas por ONGs, movimentos sociais, projetos socioculturais e outros ambientes onde há a partilha da intencionalidade de uma ação pedagógica para além dos conteúdos formais. Nesse sentido, este saber agrega elementos inerentes à dimensão política, social e econômica de forma harmônica. Incluem-se nessas ações não escolares as práticas de economia solidária, as rodas e oficinas culturais, os movimentos de ação global e, também, os chamados pré-vestibulares sociais, entre outras.

Os pré-vestibulares sociais como um espaço de reflexão da Pedagogia Social

Partimos do pressuposto da Pedagogia Social como um campo teórico que permite analisar as práticas realizadas nos pré-vestibulares sociais, visto que as ações sociopedagógicas, bem como muitas das intencionalidades às

quais este espaço aspira, versam com as discussões realizadas por esta teoria em desenvolvimento no Brasil. Os conteúdos teóricos da Pedagogia Social podem ser aplicados à prática cotidiana dos pré-vestibulares sociais e vice-versa, o que abre novas possibilidades de reflexão sobre este campo que, historicamente, está ligado à Educação Popular, considerando a realidade brasileira e latino-americana.

Dessa maneira, entende-se que ambos os campos – Educação Popular e Pedagogia Social – não se anulam mutuamente, mas podem ser complementares, em grande medida, graças à obra de Paulo Freire (2002; 2004; 2015). A *práxis* freireana e seu vocabulário conceitual estão presentes no âmago das práticas da Pedagogia Social. Segundo Silva (2016), o modo como são pensadas as premissas da Pedagogia Social em nosso país é encontrado nos trabalhos freireanos. Apesar de Freire não ter empregado o termo, entende-se que toda a obra do patrono da educação brasileira é voltada para o objetivo de

desenvolver no ser humano a vocação de ser mais, tendo como pressupostos teóricos e práticos para a transformação social a liberdade, a autonomia, a emancipação, a consciência de si, do outro e do seu lugar no mundo (Silva, 2016, p. 189).

Consideramos que os valores sociopedagógicos supracitados estão em sintonia com as práticas educativas apoiadas pela Pedagogia Social. Nesta reflexão, a Educação Popular, bem como os fundamentos gerais de uma Pedagogia Social na perspectiva de Paulo Freire (2015, 2004, 2002), é percebida como uma maneira de pensar práticas de Educação Social. A obra de Freire apresenta um caminho comum a muitas práticas do campo da Pedagogia Social, em que os conceitos de conscientização política, leitura do mundo e autonomia do sujeito, em perspectiva crítica, apontam para uma intencionalidade emancipatória ancorada nos pressupostos da educação libertadora.

Conforme Fernandes (2025, p. 34), o próprio surgimento dos pré-vestibulares sociais está intrinsecamente ligado ao campo da Educação Popular, sendo que, Souza e Silva (2003), Santos (2010) e Vasconcelos (2015), autores ligados à temática, recorrem a esse referencial teórico para compreender e contextualizar as práticas educativas desses espaços. Durante o surgimento de tais projetos, a Educação Popular configurava-se como o principal fundamento teórico para promover uma abordagem educativa inovadora e transgressora,

embasando ações e movimentos de resistência populares, especialmente aqueles voltados para grupos em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, é notória essa influência na percepção de que as ações educacionais pensadas sob este prisma possuem intencionalidade, isentando-se de qualquer neutralidade ou imparcialidade. Em decorrência disso, a Pedagogia Social possui uma matriz progressista, refletindo sobre práticas que estimulam a promoção da justiça social e a redução das desigualdades por meio da Educação. Assim, consideramos que os pré-vestibulares sociais, de acordo com essa matriz, estão, em grande parte ancorados em proposta da educação libertadora e problematizadora, reconhecendo o educando como um ser ativo e crítico, capaz de construir saberes a partir de sua própria prática social e histórica (Freire, 2002).

Os pré-vestibulares sociais, de modo geral, contam com a atuação de um corpo de voluntários que atuam como professores ou coordenadores. Esses voluntários, em sua maioria, são estudantes universitários, egressos de pré-vestibulares sociais, muitas vezes oriundos da comunidade em que atuam e onde os pré-vestibulares sociais se situam, e imbuídos de forte engajamento e compromisso social.

É significativo o chamado à ação cidadã dos cursos pré-vestibulares sociais, que materializam a essência do artigo 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988), no que se refere ao papel das práticas educativas, ao dispor:

art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Somado ao argumento do dispositivo legal, pontua-se que o pré-vestibular social é um espaço que colabora na formação cidadã ampliada, sendo um mecanismo de exercício da cidadania para educadores e educandos. Esses cursos auxiliam os sujeitos a se preparar para uma avaliação — o Enem e outras seleções vestibulares — que lhes dará novas oportunidades profissionais a partir do ensino superior, ampliando sua atuação profissional e garantindo uma maior empregabilidade, porém com forte componente social e coletivo, condizente com uma formação para uma cidadania crítica e engajada.

Com efeito, a potencialidade desses espaços para o exercício da cidadania é ímpar, a notar pelos conteúdos que permeiam a relação entre os diferentes sujeitos que transitam neste espaço, que possuem conteúdos diversos no tocante à formação cidadã.

Consoante a Fernandes (2025, p. 29), esses cursos se organizam a partir de duas matrizes, onde

a primeira diz respeito à matriz não escolar, que envolve a solidariedade, a luta por igualdade e outros aspectos referentes ao que chamaríamos de ordem social. Já a segunda matriz envolve o aspecto escolar, e pode ser notada a partir das disciplinas, os conteúdos do treinamento para o vestibular e parte do vocabulário utilizado, sendo significativamente importantes para garantir a transformação da realidade social pelo acesso ao ensino superior. Há, de fato, uma espécie de prática híbrida, isto é, uma mistura entre o escolar e o não escolar neste espaço, que reúne duas realidades, às vezes distantes, às vezes próximas, mas que precisam de atenção especial para poderem existir de forma harmônica, conforme as demandas dos educandos.

A condução pedagógica em espaços como os pré-vestibulares sociais exige atenção às diferentes lógicas que os compõem. Quando essas matrizes — a social e a escolar — não são analisadas criticamente, corre-se o risco de uma prática docente fragmentada, sem clareza de objetivos e desconectada das necessidades reais dos educandos. É fundamental compreender que o pré-vestibular social não deve assumir o formato tradicional da escola formal. Reproduzir modelos escolares nesse contexto pode esvaziar o potencial transformador do espaço, especialmente considerando que muitos participantes já vivenciaram o percurso escolar e, ao saírem dele, buscam uma experiência formativa diferente. Nessa etapa, pressupõem ser possível encontrar um ambiente com outra lógica: mais dialógico, coletivo e socialmente engajado — capaz de ressignificar sua trajetória e fortalecer sua inserção no ensino superior.

Neste sentido, é reforçado o entendimento de que as práticas desenvolvidas no pré-vestibular social não são puramente formais, bem como as figuras professor e aluno não possuem neste espaço as mesmas atribuições dos espaços escolares. Assim, é almejada a ampliação da perspectiva educacional neste espaço distinto, o pré-vestibular, cujas temáticas permeiam temas da ordem social no contexto socioeducacional, sejam eles com um maior ou menor

engajamento político, social e econômico, mas que compartilham de objetivos que visam o desenvolvimento da cidadania.

Partimos do entendimento de que, a principal conexão entre a Pedagogia Social e os pré-vestibulares sociais, além da centralidade da cidadania, reside no caráter crítico e transformador que esses espaços buscam promover, por meio de um trabalho solidário, desenvolvido por sujeitos comprometidos com a mudança social, em contextos marcados pela vulnerabilidade. Dessa forma, julgamos que investigar o modo como isso se concretiza está no cerne da Pedagogia Social, que, nesse contexto, se debruça sobre os conteúdos presentes nas práticas educativas não escolares e busca construir alternativas teórico-práticas capazes de dar sentido à reflexão sobre o lugar do social no pré-vestibular. A partir desses entendimentos, o pré-vestibular social é percebido como um espaço relevante para as reflexões propostas por esse campo do saber.

O lugar do social no pré-vestibular: como conciliar a preparação para a prova e a educação para a cidadania?

O pré-vestibular social, ao mesmo tempo em que se dedica à preparação técnica dos alunos para exames como o Enem e outros vestibulares, desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e humano desses estudantes. Se, por um lado, sua proposta se vincula ao treinamento intensivo e estratégico para alcançar resultados nas provas, por outro, existe uma dimensão igualmente essencial: a formação cidadã e a construção de relações sociais. O foco no conteúdo não pode ser dissociado da atenção às interações que ocorrem nesse espaço, as quais transcendem a mera transmissão de conhecimento. Assim, o lugar do social se torna central, ao permitir que a prática pedagógica seja enriquecida por experiências que dialogam com questões de alteridade, coletividade e criticidade, criando um ambiente educacional inclusivo e transformador.

O pré-vestibular social é marcado por uma tensão natural que conecta pedagogias tradicionais, conteudistas, mecanicistas, com pedagogias imbuídas de criticidade, que intencionam a transformação social. Essa dualidade revela que o pré-vestibular social não é apenas um curso preparatório mais acessível para as provas, mas um espaço de construção de identidades, onde os alunos

são acolhidos em suas particularidades e incentivados a refletir sobre suas realidades e aspirações.

Esses cursos são um espaço de disputas. Nessa perspectiva, o “social” está presente não só no conteúdo, mas nas interações entre professor e aluno, nas trocas entre os pares e na forma como se reconhecem e valorizam as trajetórias e histórias de vida de cada sujeito. Dessa forma, o pré-vestibular social assume um papel fundamental não apenas na formação intelectual dos alunos, mas também na promoção de uma educação que valoriza o outro e busca transformações que vão além da sala de aula.

Assim, consideramos que os “cursinhos” pré-vestibulares sociais revelam-se como potenciais espaços para a análise de conteúdos sociopedagógicos. Esse processo é percebido a partir de uma série de estudos do campo da Pedagogia Social, somados ao entendimento de dispositivos legais que permitem a compreensão desses cursos enquanto espaços de educação não escolar, com conteúdos próprios da dimensão não escolar e, por conseguinte, da Pedagogia Social — como a consciência crítica, a convivência e a hospitalidade.

Sob essa perspectiva, os pré-vestibulares sociais podem ser compreendidos como espaços que buscam agregar valor e significado prático a ideias que, por vezes, são abstratas e polissêmicas, dada as múltiplas interpretações e significados — como cidadania, liberdade e equidade —, sem deixar de lado a preparação para o Enem e outros vestibulares, sempre com atenção à realidade dos alunos que atendem. Não cabe aqui discutir os diferenciais entre os pré-vestibulares sociais e os pré-vestibulares privados, mas apenas mencionar que eles partem de concepções distintas, valores sociais diversos e visam públicos também diferenciados.

Ainda que os pré-vestibulares sociais também tenham a aprovação nos concursos como um dos seus principais objetivos pedagógicos, é possível notar que, além disso, há outros elementos que contribuem para a potencialização da transformação não apenas de um indivíduo, mas do coletivo. Dessa maneira, apresenta-se um dos principais desafios ético-pedagógicos dos pré-vestibulares sociais: conciliar o treinamento para a prova com o aspecto socioeducacional, o

interesse e esforço individual com o interesse coletivo e solidário. O fim é sempre social, e não mercantil ou meritocrático, como os dos cursos privados.

Esse desafio ético-pedagógico precisa ser refletido no seio da prática dos educadores, para que sua atuação não privilegie um aspecto em detrimento do outro. É preciso buscar um ponto de equilíbrio entre essas duas dimensões, tendo como pedra angular uma perspectiva pedagógica que preze, principalmente, por atender às demandas que levam o sujeito a buscar esse espaço. Compreende-se, assim, que alguns movimentos são fundamentais para entender o papel do social nas práticas do pré-vestibular social. Essa perspectiva pode ser aprofundada a partir das contribuições de pensadores do campo da Pedagogia Social.

Inicialmente, é necessário um movimento de atenção às demandas que motivam os estudantes a estarem em um pré-vestibular social. Esses aspectos podem envolver a aprovação, o retorno aos estudos, a ocupação do tempo livre, a preparação para o mercado de trabalho, ou mesmo o acesso a recursos básicos como banheiro, água e alimentação — aspectos que só podem ser identificados quando há um olhar e uma escuta atenta às necessidades dos sujeitos que frequentam esse ambiente formativo (Fernandes, 2025). A partir disso, organizam-se as ações para atender às carências desses sujeitos, num exercício constante de alteridade. Reflexões que dialogam com esse aspecto podem ser encontradas nas discussões de pensadores como Baptista (2005) e Ferreira (2020), que analisam as práticas da Pedagogia Social à luz do conceito de hospitalidade.

Além deste, evidencia-se a importância de uma reflexão teórica a partir de temas transversais oriundos das interações sociais dos sujeitos que transitam no espaço do pré-vestibular social. Um ponto de partida pertinente pode ser a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na qual muitos dos temas relacionados às relações humanas são teorizados, com destaque para o artigo 26, que prescreve o direito de todos à educação, sendo que “o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade”. Aspecto trabalhado por Jares (2008) a partir da Pedagogia da Convivência, que é uma forma de pensar as práticas da Pedagogia Social.

É necessário promover movimentos que permitam a concretização desses valores por meio de ações práticas e discussões sobre as diferenças.

Portanto, como Fernandes (2025) aponta, ressalta-se a importância de sistematizar o que já é realizado por esses espaços e discutir o que for observado, com base nos conteúdos que emergem desses contextos, tendo esse referencial universal como norte, mas com ênfase nas especificidades dos sujeitos que ali convivem e se formam mutuamente.

Considerações Finais

A conciliação entre a preparação para a prova e a educação para a cidadania no contexto dos pré-vestibulares sociais não é apenas possível, como essencial para a formação integral dos alunos. Esses espaços, voltados para o acesso ao ensino superior, vão além da mera transmissão de conteúdos acadêmicos exigidos nos exames vestibulares. Neles, a preparação técnica é complementada por práticas pedagógicas que visam promover o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã. Nesse sentido, temas transversais como ética, direitos humanos, convivência e responsabilidade social são inseridos no cotidiano educacional, enriquecendo o processo formativo.

Essa abordagem integradora permite que o aluno, simultaneamente, se prepare para enfrentar as demandas do vestibular e construa uma compreensão mais ampla sobre seu papel na sociedade. A educação para a cidadania, portanto, não se apresenta como um obstáculo ao foco no vestibular, mas como um componente que potencializa o desenvolvimento de competências fundamentais para a vida acadêmica e social. Ao incorporar a dimensão cidadã, o pré-vestibular social forma indivíduos capazes de refletir criticamente sobre as realidades que os cercam, promovendo uma aprendizagem contextualizada e transformadora.

Dessa forma, o pré-vestibular social cumpre um papel duplo: oferece aos alunos a oportunidade de melhorar seu desempenho acadêmico para o vestibular, favorecendo o processo de democratização do acesso ao ensino superior, e, simultaneamente, promove uma formação voltada para a cidadania, que valoriza o engajamento social e a participação ativa no mundo. Essa harmonia entre a preparação para o exame e a educação cidadã reflete a essência de uma pedagogia que entende o ensino como um processo amplo e contínuo de transformação, tanto individual quanto coletivo. Portanto, a

conciliação entre a preparação para a prova e a educação para a cidadania no pré-vestibular social é não apenas viável, mas uma prática indispensável para que esses espaços cumpram sua função de formar alunos academicamente preparados e socialmente engajados, ampliando suas perspectivas tanto no âmbito educacional quanto no exercício pleno da cidadania.

Esses movimentos podem ser possíveis caminhos para dialogar sobre o lugar do social nas práticas educativas do pré-vestibular, compreendendo que esse lugar a ser descoberto corresponde a uma intencionalidade do educador em promover uma transformação do social por meio de uma prática educativa. Em outras palavras, o sentido do social na prática do pré-vestibular social, pode estar em levar práticas já existentes ou inerentes à boa convivência humana de forma crítica e baseada na alteridade. Todavia, estas não são as únicas. É preciso considerar as demandas específicas de cada contexto.

Estima-se que os sujeitos envolvidos nesse processo pedagógico sejam convidados a refletir sobre os conteúdos transversais da dimensão socioeducacional a partir da Pedagogia Social. Embora não seja uma tarefa simples num cotidiano cada vez mais corrido, imediato e pragmático, entende-se que é preciso que no pré-vestibular social os educadores possam intencionalizar promover uma prática que atinja seu pleno potencial aglutinando ambas as premissas básicas: a preparação para as provas e a conscientização social.

A Pedagogia Social, campo teórico e investigação que articula diferentes campos do saber de base social, permite investigar o pré-vestibular social como espaço estratégico e propositivo para encurtar a distância entre a universidade e a periferia e apontar caminhos viáveis para a superação das desigualdades sociais por meio de processos formativos críticos em contextos de vulnerabilidade social. Este artigo propõe ampliar a reflexão sobre o acesso ao ensino superior no Brasil e a visibilidade de espaços formativos protagonizados por sujeitos historicamente excluídos que demandam, como Fernandes (2025) afirma, suas possibilidades de ser e existir no meio social.

Nesse sentido, cabe destacar, concluindo, que os pré-vestibulares sociais materializam propostas coletivas e engajadas de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e educacionais, em consonância com os pressupostos da Pedagogia Social, pela ampliação de processos de

democratização do acesso ao ensino superior e de expectativa futura de maior empregabilidade e melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Isabel. **Dar rosto ao futuro**: a educação como compromisso ético. Profedições. Porto, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de out. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB, 1996.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, n. 23, p. 341-368, 2010.

FERNANDES, Alan N. **“Estar ali é uma forma de resistência”**: as representações sociais de professores sobre alunos de um pré-vestibular social no Complexo do Salgueiro-SG. 2025. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

FERREIRA, Arthur Vianna. Pedagogia da Hospitalidade como lugar de escuta da Educação Não Escolar. In: FERREIRA, Arthur Vianna. (Org.). **Hospitalidade na Educação: por uma pedagogia do cuidado, do amparo e da orientação na Educação Social**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, p. 13-58.

FERREIRA, Arthur. TODA PEDAGOGIA É SOCIAL? **Revista Pedagogia Social UFF**, [S.l.], v. 3, n. 1, may 2017. ISSN 2527-0974. Disponível em: <<http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/12>>. Acesso em: 27 june 2025.

FREIRE, Paulo. **A Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

JARES, Xesús R. **Pedagogia da Convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1948_Declaracao_Universal_dos_Direitos_Humanos.pdf Acesso em 15 jun. 2025.

OTTO, Hans Owe. Origens da pedagogia social. In: SILVA, Roberto da; SOUSA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério (Org.). **Pedagogia Social**. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. De movimentos sociais a políticas públicas: quinze anos de trajetória dos pré-vestibulares populares. In: SANTOS, Renato Emerson dos. *et al.* (Org.). **Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores**: diálogos entre saberes e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2010. p. 85-106.

SILVA, Roberto da. Os Fundamentos Freireanos. **Pedagogia Social: Revista Interuniversitaria**. Sociedad Iberoamericana de Pedagogía Social: Espanha, n. 27, p. 179-198, 2016.

SOUZA e SILVA, Jailson de. **Por que uns e não outros** - caminhada de jovens pobres para a universidade. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003. v. 01. 180p.

VASCONCELOS, André Tinoco de. **Pré-vestibulares populares**: desafios políticos ao currículo e ensino de Geografia. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

Submissão em: 02 de julho de 2025

Aceite em: 27 de agosto de 2025

ⁱ **Alan Navarro Fernandes**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Mestre em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Graduado em História pela FFP/UERJ. Atua como professor de História, Filosofia e Sociologia em pré-vestibulares.

E-mail: prof.alannavarro@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0360925056630843>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6370-9821>

ⁱⁱ **Lucília Augusta Lino**. Universidade do Estado do Rio do Janeiro.

Professora da Faculdade de Educação (EDU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEDU/FFP) da UERJ. Doutora em Educação, é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de professores, democracia e direito à educação (GRUPEFOR/UERJ) e Diretora Financeira da ANFOPE (Gestão 2025-2027).

E-mail: prof.lucilia.uerj@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6864986517265595>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4219-1450>